



Fotografias: João Roberto Ripper



Vida longa à cidade!

HARVEY, David. *Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 2014, 294 p.

Daniele Batista Brandt*

O que há por trás da irrupção de tantas manifestações públicas de protesto, em escala mundial? Qual a conexão entre os movimentos urbanos de contestação, como os “Indignados”, o “*Occupy Wall Street*”, a “Primavera Árabe” e as “Jornadas de Junho”? Embora não faça referência à recente experiência brasileira, uma coerente interpretação sobre a origem de processos urbanos como esses pode ser encontrada em “*Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*”, livro do britânico David Harvey.

A obra, publicada originalmente na Inglaterra, em 2012, foi baseada nos artigos do autor publicados nas revistas britânicas *New Left Review* e *Socialist Register*, na norte-americana *Radical History Review*, entre 2002 e 2011, e na coletânea brasileira “*Occupy: movimentos de protestos que tomaram as ruas*”, publicado pela Boitempo, em 2012.

Harvey é geógrafo, professor da Universidade de Nova York e um dos intelectuais marxistas mais importantes da atualidade, reconhecido por obras de vanguarda nas quais o espaço tem sido uma categoria analítica privilegiada para a compreensão da dinâmica capitalista e para a reflexão sobre as alternativas a esse modelo.

“*Cidades rebeldes*” tem como ponto de partida a compreensão de que as cidades contemporâneas estão subordinadas ao desenvolvimento

*Assistente social, tecnologista/assistente social e professora do Programa de Residência Multiprofissional em Oncologia do Instituto Nacional de Câncer José Alencar (INCA). Doutoranda em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGSS/UERJ). E-mail: <danielebrandt@yahoo.com.br>.

capitalista, em sua incessante busca pela produção de excedentes de capital absorvidos através da urbanização. O autor destaca o papel do processo urbano para a superação das crises do capitalismo que, às custas de uma destruição criativa de caráter classista, vem alienando, das massas urbanas, seu direito à cidade.

Esse desenvolvimento urbano desigual vem dando origem à rebelião que se expressa nas ocupações das ruas, praças e parques que observamos (e vivenciamos) no último período, a partir da qual diferentes movimentos sociais urbanos vêm manifestando sua oposição e buscando um modo de vida urbana diferente do que vem sendo imposto pelo capital.

Harvey nos convida a pensar sobre essas revoltas urbanas para além do plano local e regional, identificando os nexos entre os movimentos reivindicatórios e as crises econômicas no plano global. Instiga-nos a imaginar e reconstruir um tipo totalmente novo de cidade, baseado em novas formas de apropriação urbana e, sobretudo, na articulação entre teoria e prática revolucionária.

Para o autor, o ressurgimento da ideia do direito à cidade não deve ser atribuído a uma suposta retomada do legado intelectual de Henri Lefebvre, mas às próprias lutas pelo direito de mudar e reinventar a cidade, pelo controle democrático sobre o uso dos excedentes na urbanização e pela transformação da vida urbana cotidiana. Ressalta que o direito à cidade deve ser compreendido enquanto uma etapa, “uma estação intermediária na estrada que conduz a esse objetivo” (p. 24), que compõe a ampla jornada de lutas contra o capitalismo.

Harvey considera que o pensamento econômico contemporâneo, inclusive a economia política marxista, tem produzido leituras insuficientes sobre as crises capitalistas ao não abordar as raízes urbanas destes processos. O investimento no ambiente construído e a urbanização vêm sendo tratados como aspectos secundários, nos quais “as reorganizações espaciais, o desenvolvimento regional e a construção de cidades não passam do resultado trivial de processos em maior escala que não são afetados pelo que eles produzem.” (p. 68).

Dando continuidade à reflexão iniciada em “*O enigma do capital: as crises do capitalismo*”, publicado em 2010, o autor argumenta que grande parte das crises financeiras na história tiveram origem nos *booms* imobiliários, inclusive a emblemática crise de 1973, normalmente associada ao aumento do preço do petróleo, mas precedida pela quebra do mercado imobiliário norte-americano. Para ele, “os altos e baixos do mercado imobiliário estão inextricavelmente ligados aos fluxos financeiros especulativos, esses sucessos e fracassos têm graves consequências para a macroeconomia em geral.” (p. 79).

Harvey destaca que, se por um lado a teoria burguesa é cega (ou cínica?) a ponto de não relacionar o desenvolvimento urbano com as “perturbações” macroeconômicas, por outro, os críticos marxistas têm falhado ao

não associar os processos de urbanização e da formação do espaço construído às leis gerais de circulação do capital. Nesta direção, recupera as análises de Marx sobre o sistema de crédito em *“O capital”*, destacando a sua importância, assim como a relação entre as taxas de juros e de lucros. Além disso, discorre sobre a categoria de capital fictício e a sua conexão com os mercados fundiário e imobiliário no contexto das leis gerais de produção, circulação e realização do capital, visando a um trato mais adequado do momento histórico presente.

Argumenta que a urbanização tem sido fundamental para a absorção dos excedentes de capital e de trabalho ao longo da história do capitalismo. Contudo, devido ao seu caráter de classe, os custos da degradação ambiental e da reprodução social decorrentes não vêm sendo socializados e, por este motivo, vêm dando origem às recorrentes crises urbanas. Ao mesmo tempo, considera que as condições de reprodução social têm sido afetadas por práticas urbanas predatórias, sob a forma de acumulação por desapropriação exercida contra os mais pobres. Diante desse quadro, compreende que a cidade e o processo urbano que a produz constituem, mais do que nunca, esferas de luta política, social e de classe, com vistas à superação do capitalismo.

O autor aborda o ressurgimento da ideia de uma suposta perda da comunalidade urbana, motivada pelos impactos do processo urbano capitalista na qualidade da vida urbana e na criação de novos comuns urbanos. Para tanto, analisa a criação, a apropriação e a destruição, por interesses privados, dos recursos de propriedade comum (os comuns urbanos, sobretudo os espaços e bens públicos estatais), enquanto condição necessária para a (re)produção das relações capitalistas. Além disso, analisa a cultura enquanto uma forma de comum a partir do conceito da renda de monopólio, pelo qual demonstra o poder do capital de extrair excedentes a partir de fontes das mais diversas, tais como características locais, variações culturais e significados estéticos.

O autor realiza uma abordagem inovadora do tema e defende que o debate sobre os comuns e seu papel na política urbana deve ser efetivamente assumido pelos movimentos sociais como parte da luta anticapitalista.

Na segunda parte do livro, Harvey discute a importância das manifestações dos movimentos sociais urbanos contemporâneas, buscando entender como suas reivindicações, em torno de diferentes aspectos da vida urbana cotidiana, podem contribuir para a luta anticapitalista. Para ele, o momento histórico impõe o desafio de compreender o potencial desses movimentos, apesar das suas trajetórias e expressões geográficas bastante desiguais.

O autor reconhece que a multiplicação dos movimentos de oposição não significou o abandono das formas tradicionais de organização da esquerda, como os partidos políticos e os sindicatos. Contudo, entende

que a esquerda tradicional precisa superar as leituras que ignoram a importância dos movimentos de luta urbana e o seu potencial revolucionário.

Para o autor, a fábrica vem deixando de ser o lugar por excelência de produção de mais-valia, ao mesmo tempo em que o proletariado clássico vem deixando de ser o sujeito político revolucionário. Concomitantemente, os movimentos sociais urbanos têm um claro conteúdo de classe, mesmo quando são articulados em termos de direitos, cidadania e reprodução social. Neste sentido, Harvey argumenta que a dinâmica de exploração de classe não se restringe ao local de trabalho, já que suas formas secundárias são sentidas no local onde se vive.

Para a construção do caminho rumo à revolução urbana, o autor defende como teses centrais: a articulação das lutas trabalhistas com as forças populares presentes no espaço circundante ou comunitário, a reformulação do conceito de trabalho e classe, vinculados à produção e reprodução da vida cotidiana, e a unidade entre as lutas contra a exploração do trabalho vivo na produção e contra a recuperação e revitalização da mais-valia nos espaços de reprodução.

O debate sobre a organização da cidade para a luta anticapitalista, contudo, ainda permanece em aberto. Segundo Harvey, há poucas reflexões sobre as práticas políticas urbanas em situações revolucionárias. Neste sentido, o autor apresenta um breve exame sobre a Bolívia em 2005, no sentido de demonstrar o quanto é possível reivindicar a cidade para o cumprimento de tal tarefa. Por último, faz algumas considerações sobre Londres e Nova York em 2011, a fim de problematizar o discurso e as práticas do capital, governos e meios de comunicação.

“*Cidades rebeldes* apresenta a reflexão do autor diante de uma série de lutas urbanas em plena atividade e, por esse mesmo motivo, com questões em aberto que tornam inviável qualquer tentativa de conclusão para esse debate. Não por acaso, o último capítulo soa mais como uma carta-programa de um movimento social urbano, através do qual o autor desafia o capital e convoca todos à luta contra essa modelo. Apesar da ausência de um capítulo sobre as “Jornadas de Junho”, especialmente redigido para a edição brasileira (quem sabe na próxima edição?), “*Cidades rebeldes*” demonstra o esforço coerente do autor em colocar as cidades no centro da luta de classe e reacender a utopia do direito à cidade e a rebeldia da revolução urbana. Vida longa!